

# A SEGURANÇA DOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS E A MISSÃO INSTITUCIONAL

**João Luiz Menezes**

Arquivista do Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás. Doutorando pela Universidad de Salamanca  
E-mail: joaolmenezes@gmail.com

**Resumo:** Possibilita ampliar a investigação sobre a importância da segurança dos arquivos universitários para o cumprimento da missão institucional. Relata a experiência adquirida a partir de um estudo que tem como base um trabalho de qualificação realizado pelo autor, em abril de 2011, para sua tese doutoral (em andamento) na área da Ciência da Informação, na Universidad de Salamanca, Espanha. Discorre sobre a questão da segurança nos ambientes de arquivos universitários. Estudo empírico realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), com base na literatura técnica e científica sobre arquivos universitários e participação do Grupo de Trabalho das IFES com o Arquivo Nacional.

**Palavras-chave:** Segurança em Arquivos. Arquivos universitários. Universidades públicas federais. Missão Institucional.



## 1 INTRODUÇÃO

A segurança dos documentos de arquivo, desde os tempos mais remotos, tem uma estreita ligação com a ideia de preservação, conservação e acesso às fontes documentais, capazes de fornecer à sociedade dados que remontam à memória de um povo, de uma nação e dão testemunho de sua própria existência ao longo dos tempos. Esta área de pesquisa, em que os arquivos estão cada vez mais inseridos, tem se tornado um fator primordial na relação entre instituições arquivísticas, os seus acervos e os seus usuários. A segurança em ambientes de arquivo visa prevenir, combater e evitar danos à instituição detentora desses acervos, salvaguardando e protegendo não só o seu patrimônio documental, como também, e principalmente, a vida dos seus usuários (técnicos e consultentes), a integridade dos próprios

edifícios, do patrimônio da Instituição, dos bens e de suas atividades administrativas e científicas.

As universidades públicas federais no Brasil possuem uma história recente. Elas são testemunhas de muitas lutas, de importantes avanços científicos e tecnológicos e transformações políticas e econômicas, pelas quais passaram o país, de cujos principais personagens, alguns saíram das suas salas de aula.

Com este tema, pretendo estimular discussões sobre as características, o valor, o papel e a importância dos arquivos universitários para a Missão da Instituição, bem como abordar os agentes de vulnerabilidade a que o seu patrimônio documental está exposto, especialmente neste momento em que acaba de ser implementada no país a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11). Esta mesma informação produzida e acumulada ao longo de suas atividades ainda hoje se encontra, em sua grande maioria, sem um tratamento adequado quanto a sua segurança e seu acesso; portanto, sem condições de atender plenamente aos interesses públicos, da Instituição e do Estado.

Nesse sentido, como diz Jimerson (2007, p. 246): “*Nuestro reto es entender el poder de los archivos y usarlo bien*”<sup>1</sup>. Segundo o autor, através do poder dos arquivos é possível contribuir para uma sociedade mais culta, mais tolerante, mais diversificada e mais justa.

Uma das principais motivações para a realização deste estudo é o fato de estar, nos últimos anos, acompanhando o crescimento das universidades públicas federais no país, especialmente com o REUNI. Desta forma, pretendo, a partir da experiência adquirida no desenvolvimento de atividades voltadas à segurança, preservação e conservação do patrimônio arquivístico da UFG, contribuir para motivar discussões entre as comunidades acadêmicas dessas instituições de ensino, os gestores de seus órgãos de arquivo e sua Administração Superior. A finalidade deste trabalho é contribuir na busca de soluções

---

1 Nosso desafio é entender o poder dos arquivos e usá-lo bem. (tradução nossa)

eficazes capazes de assegurar, às gerações futuras, o acesso à informação e ao saber, contribuindo, assim, para que estas entidades alcancem a excelência no cumprimento de sua Missão Institucional.

## **2 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NO BRASIL**

Para entender a importância e o papel das universidades públicas federais no país, é importante lembrar o surgimento dos primeiros cursos técnicos e superiores no Brasil. Seu início se deu há cerca de 300 anos após a chegada dos portugueses ao país. Ao contrário das universidades europeias, o ensino superior no Brasil começa a ser criado por volta das primeiras décadas do século passado.

Durante o período da República Velha, a ideia do positivismo, especialmente defendida por Comte, se faz mais presente, dando um destaque ao desenvolvimento das ciências, de acordo com sua complexidade: ciências físicas, matemáticas, astronômicas, químicas, biológicas e sociológicas.

Na reforma de 1901, através do Decreto 3.890, Eptácio Pessoa trata somente dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, e não do ensino superior como um todo, o que só é feito na reforma de 1911, pelo Decreto 8.659, em que o presidente Rivadavia Corrêa cria uma legislação orgânica para o ensino superior e fundamental.

Considerada por muitos como a mais sensata reforma realizada durante o período da Primeira República, com uma preocupação voltada também para o ensino secundário como preparatório para o acesso ao ensino superior, foi por meio desta reforma que surgiu a primeira universidade pública brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante da união da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Escola Livre de Direito e, embora a família real portuguesa permanecesse em solo

brasileiro durante os anos de 1808 a 1821, somente a partir de 1920, com a junção desses três cursos é que esta Universidade foi criada por determinação do governo federal. A sua criação também só foi possível, como universidade do governo federal porque o Rio de Janeiro, à época, possuía uma população superior a 100 mil habitantes, número mínimo de habitantes exigido para a criação e reconhecimento de uma universidade como sendo federal.

A partir da Revolução de 1930, no Brasil foi criado pelo presidente Vargas o Ministério da Educação e Saúde Pública, que por meio do Ministro Francisco Campos, em 1931, baixou três decretos que dariam, a partir de 11 de abril daquele ano, uma reforma na estrutura da educação superior no país. Esses decretos foram os: 19.850, 19851 e 19.852.

Outro fator importante para a criação das universidades públicas brasileiras foram os movimentos estudantis universitários, nas décadas de 60 e 70. Essa importante concentração foi fundamental para a ampliação das universidades, principalmente pelo fato de que a luta visava aumentar o acesso ao estudo universitário para a classe média da época e também aumentar, conseqüentemente, seu contingente político, o que viria a influenciar significativamente nos rumos da política da época.

Neste contexto, a Universidade Federal de Goiás (UFG) foi criada, seguindo um princípio de modernidade, nos mesmos moldes da Universidade de Brasília (UNB). Concomitantemente e seguindo o mesmo perfil, outras universidades também foram sendo criadas no país. Entre elas, duas importantes universidades na Região Sul: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ainda no início da década de 60, as universidades possuíam uma organização e planejamento de uma universidade renovada, moderna e eficiente, semelhante ao modelo europeu da época, e comprometida em manter uma aproximação maior com a comunidade local, através da prestação de assistência social.

Neste sentido, Miziara e Cavalcanti (2010, p. 91) encontraram essa fala do professor Colemar, primeiro reitor da UFG, em carta escrita aos professores no ano de 1963, que diz:

Para que a universidade possa realizar uma obra cultural e educacional autêntica, deve estar perfeitamente sintonizada com a vida da comunidade, pondo-se a serviço das necessidades reais do povo, não só ensinando, mas, abrindo as suas portas para prestar assistência social à altura das condições mínimas de vida compatíveis com a dignidade humana.

Porém, face ao momento político em que o país se encontrava, a partir de 1964, a estruturação do ensino público superior sofreu muitas sanções por parte da repressão das tropas militares do governo, que criaram uma reforma universitária militar, com o intuito de, dentre outras coisas, desarticular a unidade do movimento estudantil que existia no seio das universidades brasileiras naquele período. A reforma trouxe também um novo modelo de administração para as universidades. Sobre isso, conforme Reis *et al.* (2010, p. 134), o Prof. Orlando Ferreira de Castro relata:

Outro setor atacado pelo Governo foi a reforma administrativa da universidade, com a criação dos conselhos, das pró-reitorias, a centralização patrimonial, das verbas e das decisões da Reitoria. As unidades perderam suas autonomias e seus diretores perderam seus poderes, tornando-se dependentes dos órgãos burocráticos da Reitoria. Para esta tarefa o Governo encarregou um capacitado professor estadunidense chamado Rudolph Atcon, o que provocou descontentamento nos meios universitários, mas ninguém podia se manifestar.

Relatos de alguns servidores, técnicos e professores universitários dizem que essas ações resultaram em perseguições de muitos alunos, demissões de muitos desses servidores e até

mesmo com a condenação de muitos deles ao exílio. Depoimentos de pessoas que participaram dos movimentos estudantis daquela época, em especial na UFG, dizem que várias incursões foram feitas nas universidades à procura de alunos, de servidores e de documentos que os incriminassem. Sobre isso, Silva (2009, p. 42) diz: “pela força incontestável do AI-5, eram excluídas, de uma vez por todas, da vida universitária brasileira”.

Ainda segundo Reis *et al.* (2010, p. 133), como exemplo do que aconteceu com o movimento estudantil nesse período, o Prof. Orlando Ferreira relata:

O governo criou um órgão ou comissão, não sei bem e entregou ao General Carlos Meira Matos para resolver. Esse Meira Matos foi quem fez a intervenção em Goiás em 1964 e tirou o Governador Mauro Borges do governo. Logo saiu uma série de normas, leis, decretos e portarias altamente repressivas. Fechou a UNE e as UEE's, inclusive a nossa UEEG, destituiu diretorias dos diretórios e centros acadêmicos estudantis. Confiscou arquivos e documentos.

Certamente, a dissociação desses documentos explica uma lacuna existente na memória e na história universitária brasileira no período de 1964 a 1980, período de forte atuação do regime militar brasileiro. Portanto, eis aí a grande primeira perda sentida por essas instituições de ensino, o que nos leva a uma reflexão sobre a importância desses arquivos, não só para os militares daquela época, mas também, e principalmente, para comprovação de fatos que marcaram esse ciclo no país. Hoje, cabe aos seus gestores a responsabilidade sobre a administração desses documentos para que dissociações contemporâneas não continuem a provocar novos lapsos em sua memória institucional, pondo em risco, dentre outras coisas, o valioso cumprimento de sua Missão.

## **2.1 Sua missão institucional**

As universidades públicas federais no país, desde sua criação, assumem um papel social preponderante e muito

importante para o desenvolvimento de ações capazes de contribuir para o crescimento e a sustentabilidade da sociedade na qual está inserida e favorecer a interação desta sociedade com o meio acadêmico. A Missão Institucional de uma universidade pública federal, implementada através do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tem como objetivo estabelecer metas e prioridades para que essa relação se cumpra. Ela é a declaração do seu propósito e do seu papel nesta sociedade, respeitando as suas diferenças e especificidades, tanto no seu contexto territorial como no institucional.

Algumas dessas missões têm como base o Programa de Gestão Estratégica e o Plano de Reestruturação e Expansão da Instituição serve para orientar na tomada de decisões estratégicas e na definição dos seus objetivos específicos, respeitando as mudanças que a própria sociedade impõe, ou seja, sua flexibilidade.

A Missão Institucional nas universidades públicas federais, por meio dos novos mecanismos de aprendizagem interativa, deve procurar aumentar a sinergia entre a sua comunidade acadêmica e o meio, que anseia pelo descobrimento de novas tecnologias, através de uma cultura de confiança, cooperação e empreendedorismo. Uma missão institucional bem elaborada e cumprida por todos pode trazer uma gama enorme de benefícios para a Instituição, aumentando-lhe sensivelmente a promoção do saber e do desenvolvimento da sociedade, tornando o conhecimento inovativo adquirido, em um bem tangível e rentável para esta.

Como exemplo de missão institucional, tomaremos a missão da própria Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que diz:

tem por finalidade "produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e

na defesa da qualidade de vida.

Como vemos, a Missão da Instituição gira em torno do conhecimento, do saber. Desta forma, tomamos o *saber* como o conjunto de conhecimentos adquiridos e o *conhecimento* como o conjunto de informações associadas a uma intencionalidade, a um propósito ou uma utilidade, dividido por Platão em: Científico, Prático e Técnico. Este conjunto de informações, em sinergia, tem na cátedra e nas fontes documentais os principais agentes de sua formação e transformação.

## 2.2 O patrimônio arquivístico universitário

Este conjunto informacional, adquirido por meio das fontes documentais arquivísticas, compõe grande parte do patrimônio informacional da Instituição e a principal base do saber produzido por sua comunidade acadêmica. Sendo assim, para melhor avaliá-lo e fornecer aos gestores institucionais alguns parâmetros importantes que auxiliem na tomada de decisões, vamos conhecer algumas de suas principais características e seu valor.

As memórias são fenômenos que se tornam tangíveis a partir da sua patrimonialização em registros históricos que tentam eternizar a existência de um povo. A partir dessa memória, construída através desses registros, desse patrimônio, se é possível ter a identidade desse povo e que perdura muito além da sua própria trajetória histórica.

Normalmente, isso acontece devido ao fato da necessidade dessa mesma sociedade de querer preservar sua identidade, ou seja, a psicologia essencialista, que, segundo Candau (2009, p. 45), “está no coração das representações de senso comum da identidade, tanto em suas formas individuais quanto coletivas.”

Sobre isso, Castillo Ruiz (1996, p. 22) diz que:

O patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade.

Sobre a patrimonialização da identidade de grupos ou indivíduos, Candau (1996, p. 48) diz: “O discurso patrimonial se funda com frequência sobre o apelo à sobrevivência de uma tradição, de uma identidade local, regional ou nacional”. Isso reflete na regionalização da memória de um povo, nas suas particularidades, na sua história. Ainda sobre isso, Züniga (2008) diz: “A memória nacional é formada por memórias nacionais”.

Nos tempos atuais, as ciências sociais encontraram um tríplice movimento para a redefinição do conceito de patrimônio. Segundo essa nova conceitualização, devem-se levar em consideração três aspectos:

- 1) que o patrimônio não inclui só a herança de cada povo, de sua cultura;
- 2) a relação dos bens conservados com a necessidade atual da maioria do seu povo; e
- 3) que o patrimônio de um povo não está relacionado somente ao que se preserva como interessante da aristocracia, mas também da cultura popular, ou seja, o que favorece a toda sociedade.

Em uma análise mais detalhada, os acervos documentais formam um bem patrimonial institucional de inestimável valor, e estes, por sua vez, se constituem como parte de sua memória e de seu corpo técnico. Com relação a isso, compete ao profissional arquivista ampliar sua visão para o patrimônio arquivístico da Instituição, na transformação do seu acervo num bem cultural, ao longo de sua vida útil, a fim de dar ao futuro documentos representativos da experiência humana em nosso tempo, como parte da sua própria memória, transformando-os em parte da memória da Instituição.

A Constituição brasileira de 1988, em seu art. 216, define a constituição de um patrimônio cultural e estabelece:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

E ainda sobre a proteção deste patrimônio cultural brasileiro, neste deste artigo, a Constituição estabelece em seus parágrafos 1º e 2º:

§ 1º O poder público, com colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Aplicando essas definições sobre o patrimônio arquivístico de uma instituição universitária pública federal e a preocupação com a segurança e o acesso a ele, três fatores são importantes e devem ser considerados para o desenvolvimento deste trabalho: a materialização, nos documentos de arquivo, das etapas das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de proporcionar a sua continuidade para desenvolvimento da cultura, ciência e tecnologia do país; o bem social que essas atividades proporcionam à sociedade; e a manutenção da integridade desses registros contra os seus agentes agressores. Desta forma, lembrando as funções dos arquivos universitários perante a sociedade, tomamos o discurso de Canclini (1997, p. 59):

[...] expressa a solidariedade que une a quem compartilha um conjunto de bens e práticas que os identificam, mas somente ser também um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais.

### 3 CARACTERÍSTICAS E VALOR DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO UNIVERSITÁRIO

A Resolução 14, de 24 de outubro de 2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ),

aprova os instrumentos Código de Classificação e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, como um modelo a ser adotado nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

De acordo com esses instrumentos de classificação e destinação de documentos de arquivo, gerados em função das atividades dessas entidades, sua estrutura ficou definida com a divisão em 10 classes com três algarismos cada. Cada uma dessas classes, por sua vez, está subdividida em 10 subclasses, e assim sucessivamente, com seus grupos e subgrupos, conforme tabela 01:

Tabela 1: Estrutura das grandes classes: atividades meio

<b>Estrutura das Grandes Classes da Resolução 14 do CONARQ (Atividades-meio)</b>	
<b>000.</b>	<b>Administração Geral</b>
<b>010.</b>	<b>Organização e Funcionamento</b>
<b>020.</b>	<b>Pessoal</b>
<b>030.</b>	<b>Material</b>
<b>040.</b>	<b>Patrimônio</b>
<b>050.</b>	<b>Orçamento e Finanças</b>
<b>060.</b>	<b>Documentação e Informação</b>
<b>070.</b>	<b>Comunicações</b>
<b>080.</b>	<b>Vago</b>
<b>090.</b>	<b>Outros Assuntos Referentes à Administração Geral</b>
<b>900.</b>	<b>Assuntos Diversos</b>

Fonte: Resolução CONARQ 14/2001

Porém, cada entidade, por possuir suas especificidades em suas áreas de atuação, necessita de instrumentos de classificação e temporalidade que codifiquem e destinem os documentos referentes às suas atividades-fim. Desta forma, em setembro de 2006, teve início na sede do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro o I Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o tema: “Classificação, Temporalidade e Destinação de documentos relativos às atividades-fim” e “Censos de Arquivos Brasileiros: públicos e privados”, cujo histórico encontra-se no endereço eletrônico: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=191&sid=158&tpl=printerview>>. Nesse evento participaram, além de técnicos do próprio Arquivo Nacional, coordenados pela Coordenação-Geral de Documentos (COGED), representantes de 30 instituições federais e uma instituição estadual de ensino.

Ao longo de aproximadamente três anos de trabalho, mais precisamente até junho de 2009, 12 das 31 instituições participantes no I Workshop (CEFET/RJ, UNB, UFPB, UFG, UFMG, UFPE, UNIRIO, UFPA, UFRJ, UFRGS, UFF e UERJ) apresentaram e apreciaram diversas propostas de classificação e temporalidade para os documentos referente a essas atividades em suas instituições, e que teve como resultado final a publicação da Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do CONARQ, que “aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)”, em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=190&sid=158>>. Sendo assim, por sua vez, sua estrutura ficou definida com a divisão em cinco classes também com três algarismos cada, que, por sua vez, estão subdivididas, cada uma delas em 10 subclasses, e assim sucessivamente, com seus grupos e subgrupos, também conforme a Tabela 2:

Tabela 2: Estrutura das grandes classes: atividades fins

<b>Proposta de Estrutura das Grandes Classes Classificação para as IFES (Atividades-fim)</b>	
<b>100.</b>	<b>Ensino Superior</b>
<b>200.</b>	<b>Pesquisa</b>
<b>300.</b>	<b>Extensão</b>
<b>400.</b>	<b>Educação Básica e Profissional</b>
<b>500.</b>	<b>Assistência Estudantil</b>

Fonte: Resolução CONARQ 92/2011

<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=190&sid=158>

Hoje, por intermédio deste trabalho e dos produtos resultantes dessas reuniões, é possível começar a se conhecer o perfil e as características do patrimônio arquivístico dessas instituições.

Quando Züniga diz que a memória nacional é formada por memórias nacionais, ela nos leva a uma reflexão sobre a importância que esse acervo possui, não só para a gestão da instituição ou a preservação de sua memória, mas também para a difusão do saber que, por meio dessas fontes documentais armazenadas em seus Arquivos Centrais ou Gerais, nos arquivos de seus órgãos e de suas unidades acadêmicas (inclusive os *campi* avançados), possibilitam uma noção exata do conhecimento produzido e adquirido por sua comunidade acadêmica, ou seja, sua própria produção intelectual, em seus laboratórios, em seus grupos de estudo, de pesquisas, em suas salas de aula e, até mesmo, fora delas, a partir dos acervos doados pela própria sociedade.

Ainda sobre o patrimônio arquivístico, Botino (1995, p. 67)

diz: “Sem arquivo, não se tem memória, sem memória, não se tem identidade, sem identidade não se tem nacionalidade”. Desta forma, a parte dessa memória que é fruto da gestão e do intelecto da própria comunidade acadêmica, dos investimentos feitos pela instituição no seu próprio crescimento, em pesquisas, em intercâmbio e na formação de seus técnicos, docentes e alunos, encontra-se armazenada não somente em seu Arquivo Central, mas também em todos os seus arquivos setoriais. Sendo assim, vamos abordar, de forma resumida, as características desse patrimônio, ainda desconhecido da maioria de seus próprios gestores, tentando aprimorar a visão sobre o mesmo.

Lembrarmos que arquivo é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no decorrer de suas atividades, é fundamental para entendermos melhor as características desses documentos e identificarmos as atividades dessas instituições federais de ensino superior, tanto nas suas atividades-meio quanto nas suas atividades-fim.

Resumida a definição de arquivo, poderemos entender melhor o que é um documento de arquivo. A Resolução 20/2004 do CONARQ, em seu artigo primeiro, considera documento arquivístico a:

informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades.

Essa informação, por sua vez, segundo Ponjuán Dante, traduzido por Fauvel e Valentim (2008, p.36), é:

[...] a matéria prima do conhecimento e do recurso mental mediante o qual se agrega valor. O aumento do valor de produtos como a informação, que incide em diferentes resultados a saber: reduzir os prazos e propiciar maior precisão etc.

Por sua vez, essa informação, para que tenha valor

arquivístico, segundo Carvalho e Longo (2002, p.115), deve ser considerada como:

um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização. As informações orgânicas, quando organizadas e ordenadas, formam os arquivos da instituição.

As universidades públicas brasileiras são celeiros de inovações científicas e tecnológicas e de transformações culturais, econômicas e sociais, pelas quais passam o país. Suas atividades organizacionais têm como base a informação, organicamente tratada e rapidamente acessível. Peça-chave nas grandes organizações. Por meio dela, seus gestores participam das suas tomadas de decisão e dos processos decisórios da instituição, na busca do seu sucesso e do seu melhor desempenho diante da alta competitividade entre as dezenas de IFES existentes hoje no país. Essas informações, produzidas, tratadas e difundidas adequadamente, são as grandes responsáveis para que suas metas e objetivos sejam atingidos. O maior ou menor nível de investimento em fomento para as suas pesquisas institucionais, por parte do governo federal, está diretamente ligado ao seu recurso informacional estratégico, produzido, tratado e bem difundido por ela.

É papel dos órgãos de arquivos universitários tratar da produção, organização, gestão, segurança e acessibilidade a esse conjunto informacional, no âmbito de toda organização, tanto nos seus órgãos administrativos quanto em suas unidades acadêmicas, incluindo seus *campi* avançados, pois a informação torna-se o principal suporte para a tomada de decisões e o desenvolvimento das etapas de cada processo. Sobre isso, Lousada e Valentim (2008, p. 243) diz que esta é uma “ferramenta capaz de gerar vantagem competitiva para a organização”, vantagem esta capaz de fazer a diferença sobre as suas demais concorrentes.

As informações produzidas e acumuladas decorrentes destas

atividades que comprovam a sua relação com outras unidades, órgãos ou mesmo, com outras instituições externas, dão comprovação da sua existência e relação, e tem nesta produção informacional, parte do processo que comprova sua importância para o desenvolvimento do conhecimento e do saber, assim como diz Fauvel e Valentim (2008, p. 230), “...essa produção informacional se constitui em uma das bases do processo de inteligência competitiva organizacional”.

Hoje, todo esse recurso informacional institucional estratégico possui uma estreita ligação com a Inteligência Competitiva Organizacional (ICO). Segundo Silva e Valentim (2008, p.175), entende-se como a ICO “as estratégias de ação desenvolvidas em âmbito organizacional, (...) tornando-a cada vez mais competitiva”.

No âmbito das informações estratégicas, a universidade possui um papel fundamental, pois em seu ambiente acadêmico, a informação transmitida e sistematizada produz o conhecimento inovativo, a produção intelectual e, estes, destacam-se como a base para a ICO. Ainda segundo Fauvel e Valentim (2008, p. 230), o “modelo de gestão organizacional visa buscar a maior competitividade para a organização, no mercado em que atua”. E ainda segundo as autoras, “a ICO trabalha a informação e o conhecimento produzido no âmbito organizacional, com o objetivo de transformar dados, informação e conhecimento em ativos tangíveis”.

### **3.1 Os arquivos universitários**

Com o surgimento das universidades brasileiras nos primeiros anos da década de 20, os arquivos universitários no Brasil começaram a surgir, como locais de guarda da documentação produzida e acumulada nessas instituições.

Como consequência, os arquivos universitários começaram a ter grandes conquistas e transformações e a sofrer também a influência dessas mudanças em sua institucionalização. Esse movimento trouxe para as universidades brasileiras trabalhos de

melhor qualidade, mesmo com as dificuldades existentes em função do início da implantação do curso Arquivologia, da falta de normas e padronização, de uma legislação específica, de metodologia e terminologias próprias.

Os arquivos universitários contribuem para a busca soluções de melhorias para o acesso às informações registradas nos documentos, produtos das informações institucionais, contribuindo para seu crescimento de acordo com o seu plano de desenvolvimento estratégico e a sua missão.

Desde a sua institucionalização, em sua grande maioria, foi dado aos arquivos universitários um enfoque meramente administrativo. Suas atividades estão associadas à Administração Superior, às suas unidades acadêmicas e aos seus órgãos. Porém, o apoio às funções pedagógicas, culturais, de ensino, extensão e de pesquisa, objetivo dos arquivos universitários, não são desenvolvidas na grande maioria dessas entidades.

Em se tratando das universidades públicas federais, instituições voltadas para a construção e o desenvolvimento do saber científico, cabe aos arquivos universitários, também, além de servirem a sua administração, a função de servirem de suporte à comunidade acadêmica, através da produção, organização, gestão, segurança e difusão do conhecimento produzido por esses órgãos e unidades acadêmicas (corpo técnico, docente e discente) e registrado nos documentos que compõem o seu patrimônio arquivístico, documentos estes, produzidos e acumulados durante suas atividades, em especial aqueles que registram a produção do conhecimento universitário.

Porém, ainda de forma tímida, essa realidade começa, aos poucos, a dar sinais de mudança. Com o crescimento do nível de investimento, de recursos, da estrutura e das atividades por parte do governo federal para essas instituições de ensino superior e com o respectivo surgimento da Lei de Acesso à Informação, os arquivistas começam a ter um reconhecimento maior sobre o seu papel e valor para a instituição e para a sociedade. Aos poucos os gestores universitários observam que o crescimento das atividades

da instituição, automaticamente, traz um significativo aumento da demanda informacional em todas as suas áreas de atuação e que é fundamental para sua missão ter o profissional arquivista em seu quadro, o que eleva não só o seu valor, sua responsabilidade, como também a estrutura e o papel institucional dos arquivos universitários como sendo o órgão gestor da política de sistemas operacionais e tecnológicos para o seu sistema de arquivos e instituído para estabelecer normas e procedimentos técnicos sobre o tratamento técnico adequado a este acervo, promovendo a recuperação, disseminação e acesso às informações acadêmicas, administrativas, científicas e culturais, com o objetivo de recuperar a memória institucional, desenvolver talentos humanos, realizando intercâmbios com outras instituições, tanto nacionais quanto internacionais.

### **3.2 Os riscos e as ações de segurança nos ambientes de arquivos universitários**

A partir da década de 1990, diversas experiências em vários países, inclusive o Brasil, nas áreas de segurança em ambientes de arquivo, cresceram significativamente. A partir de inúmeras catástrofes e desastres naturais, organizações e institutos desses países unem-se para estabelecer normas e cursos que possam oferecer qualidade, formação e desenvolvimento profissional nesta área. As publicações de normas internacionais de segurança da informação e gestão de riscos são as provas mais contundentes disso. A partir de normas internacionais, vários países criaram suas próprias normas, adaptando-as à sua realidade e tomando-as como ponto de partida para seus trabalhos.

A origem da palavra segurança, no que concerne aos acervos documentais e informacionais, segundo Spinelli Junior (2009, p. 55), “tem origem no latim ‘*securitas, securitatis*’ e significa ‘sem preocupações’”. E ainda segundo o próprio autor, a segurança pode ser entendida como:

conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais à nossa instituição, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, dos acervos e dos usuários.

Sendo assim, entre alguns dos agentes identificados durante a realização deste estudo, como sendo possíveis agentes de vulnerabilidade à segurança desse patrimônio documental, estão:

***A estrutura e os atos normativos** – Já são sabidos a importância e o valor estratégico que as informações arquivísticas possuem para as IFES. Elas são fundamentais para sua gestão e para a comprovação das etapas da produção intelectual e do saber produzido por sua comunidade acadêmica. Porém, é sabido, também, que há uma falta de controle dessas instituições e dos seus órgãos de Arquivo sobre o seu próprio patrimônio documental, armazenado nos arquivos correntes dos seus órgãos e unidades acadêmicas (inclusive seus campi avançados). Em muitos casos, a ausência de um sistema arquivístico, técnica e administrativamente hierárquico a esse órgão competente para gerir essas informações, implica na falta de padronização de métodos e técnicas que visam à criação desses documentos e da manutenção da sua organização, gestão, segurança, e acesso a eles, evitando assim as apropriações, dissociações e eliminações de documentos indevidas, ou seja, sem o prévio conhecimento e autorização do Órgão Gestor competente, especialmente pela ausência de atos normativos atualizados e de interesse da instituição e de toda a comunidade acadêmica.*

***Os níveis de responsabilidades** – A falta de uma hierarquia de responsabilidades sobre os sistemas de arquivo traz sérios problemas. A falta de uma comunicação hierárquica e rápida dificulta significativamente as respostas às solicitações e necessidades dos arquivos, informando a sua real situação.*

**A segurança do trabalho** – Quando se trata de segurança do trabalho em ambientes de arquivo, pensa-se em primeiro lugar em seus usuários (técnicos, estagiários, consulentes...). Porém, não podemos nos esquecer da segurança de seus edifícios, seus patrimônios e de seus acervos armazenados em seus depósitos centrais em todos os arquivos setoriais da instituição. Neste sentido, a instituição deve pensar em uma política de segurança do trabalho voltada para os cuidados com questões como: o acesso e escape de pessoas portadoras de necessidades especiais; combate a incêndios e saídas de emergência; equipes de CIPA e brigadas de incêndio; sinalização predial; Equipamentos de Proteção Individual e insalubridade; ergonomia, dentre outros. A parceria com a equipe de Engenharia de Segurança do Trabalho e o Corpo de Bombeiros é de fundamental importância para a redução desses riscos.

**Relações Interpessoais e bem-estar no ambiente de trabalho** – A questão das relações humanas no ambiente de trabalho pode causar consequências danosas e irreversíveis ao acervo do órgão/unidade, como, por exemplo, a dissociação de documentos. Questões como bullying ou o assédio moral, a má conservação do ambiente em que são desenvolvidas as atividades laborais, dentre outras, podem favorecer o surgimento de insatisfações entre servidores e usuários, que possam levar a perdas significativas do acervo. A falta de capacitação de seus líderes/gestores para esse tipo de situação pode também aumentar as chances desse tipo de vulnerabilidade e os seus impactos podem ser extremamente danosos, visto que algumas dessas pessoas conhecem muito bem os documentos e as funções mais importantes para o desenvolvimento da Missão do órgão/unidade e da Instituição.

**Recursos Humanos** – A ausência de profissionais arquivistas nas IFES é um outro fator agravante da atual situação do arquivos universitários. A maioria dessas instituições não possui, em seu quadro, sequer o profissional arquivista, ou possui um número significativamente inferior à

*demanda de trabalho e ao crescimento da instituição, ou ainda subutilizam o potencial desse profissional na instituição.*

**Treinamento e capacitação** – *A ausência de formação, experiência, treinamento, capacitação pode causar o despreparo de equipes e de gestores de órgãos de arquivo. Como consequência, isso pode desencadear ações desastrosas, ou a ausência de ações imprescindíveis para o adequado andamento do trabalho arquivístico.*

**O Universo digital** – *O universo digital arquivístico, atualmente, compõe a maior produção de informações institucionais decorrentes das suas atividades. Suas características e valor são os mesmos dos documentos de arquivo nos suportes convencionais, porém os cuidados com o sigilo dessas informações tem aumentado o número de normas nacionais e internacionais de segurança da informação que nos alerta que: “a informação corretamente produzida, tratada e acessível, deve estar disponível de forma íntegra, contra o acesso de vândalos ou criminosos virtuais.” A Norma UNE 71504:2008 diz que: “os sistemas de informação devem poder garantir a origem da informação e a autenticidade das pessoas e dos processos que acessam a ela”. Sendo assim, a falta de investimentos em segurança da informação aumenta significativamente as chances da perda (total ou parcial) da sua integridade informacional.*

**A gestão documental** – *De acordo com Dias (2010, p. 65), “A produção da memória e a produção intelectual registrada nos documentos de arquivo da Instituição estão diretamente ligadas, também, ao processo de sua gestão documental (análise, avaliação, seleção e destinação)”. Desta forma, compete à instituição criar uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, como autoridade institucional e uma política de gestão documental capaz de criar e normatizar esses procedimentos. A ausência dessas ações poderá facilitar as avaliações individuais indiscriminadas por parte da comunidade acadêmica, realizando eliminações ou*

*guarda, sem nenhum critério ou conhecimento técnico específico, aumentando os riscos de novas dissociações do patrimônio institucional e aumento das respectivas penalidades legais.*

**O Gerenciamento, Manuseio, Uso e Acesso** – *A degradação aos documentos provocada pela ação humana é uma das mais comuns entre todos os agentes relatados neste trabalho. Faz-se necessária a normatização, por parte do órgão gestor dos arquivos, de procedimentos com a finalidade de evitar as ações que possam provocar danos ao acervo, orientando a comunidade acadêmica para esses cuidados e para as penalidades legais em decorrência desses danos.*

**As catástrofes e desastres naturais** – *A falta de um mapeamento de riscos (de catástrofes e desastres naturais) impossibilita a criação de um plano de previsão dos mesmos e dos diversos tipos de catástrofes, sinistros e desastres naturais existentes, classificando-os segundo sua extensão, prevendo e prevenindo o surgimento de situações que possam ser facilmente evitadas.*

**O edifício** – *A falta de vistorias e manutenções periódicas nos edifícios de arquivo aumenta os pontos de vulnerabilidade quanto à segurança do patrimônio documental da instituição. Desta forma, devem-se observar atentamente questões relacionadas à: manutenção e limpeza predial, especialmente dos depósitos; manutenção das condições climáticas e ambientais nos locais de guarda e consulta ao acervo; identificação de pessoal, acesso a áreas restritas e à proteção contra furtos, supervisão das ações de vigilância, dentre outras.*

**O Acervo** – *As instituições federais de ensino possuem, em grande parte, entidades com dezenas de anos de existência. Esses documentos, em sua maioria no suporte papel, encontram-se em constante processo de deterioração, especialmente pela ausência de cuidados preventivos. A falta de ações preventivas pode provocar perdas significativas e*

*irreparáveis em seu patrimônio. Para que se evite chegar à perda total ou parcial dessas informações em seus diversos suportes, as IFES devem investir em ações e locais de conservação preventiva de documentos apropriados aos seus órgãos de arquivo e laboratórios capazes de administrar a conservação do seu patrimônio documental.*

***Planos de emergência** – Mesmo com todo o estudo de probabilidades sobre os riscos e com todos os investimentos para que as perdas e seus impactos sejam os menores possíveis, a instituição necessita também de um Plano de Emergência com a finalidade de criar ações emergenciais, em caso de falhas no atual sistema de prevenção.*

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como se percebe ao longo deste texto, a ação de dissociação – ato ou efeito de dissociar, de separar, de apartar o que está unido ou agregado (física ou moralmente) – aparece várias vezes como consequência dos agentes de vulnerabilidade à segurança do patrimônio arquivístico institucional universitário.

Sem sombra de dúvidas, a dissociação é a consequência que mais chances possuem de acontecer diante de todas essas que previamente foram identificadas, porém não é somente esta que merece nossa atenção. Muito embora outros agentes não possuam as mesmas chances e riscos de acontecerem, o seu impacto pode ser ainda mais catastrófico para a instituição, como é o caso, por exemplo, dos incêndios.

Espera-se, como consequência da abordagem deste tema, abrir debates em níveis institucionais sobre o assunto, com a finalidade de discutir a situação atual dos arquivos universitários e as ameaças a que eles estão expostos, de acordo com a realidade de cada instituição.

Como podemos observar, a segurança em ambientes de arquivo trata de todos os agentes ameaçadores à integridade das pessoas, do edifício, do patrimônio, dos bens, das atividades administrativas e científicas, e dos acervos propriamente ditos.

Portanto, com o foco voltado para a segurança de seu patrimônio arquivístico e com a participação de toda a comunidade acadêmica, especialmente da Administração Superior, dos seus gestores arquivísticos, dos seus profissionais arquivistas e de todos os profissionais da informação da instituição, poderão os seus responsáveis empenhar esforços e investimentos naquelas áreas consideradas mais críticas de acordo com seus estudos, reduzindo os riscos, as chances e seus impactos a níveis aceitáveis e contribuindo assim para a preservação da Missão da Instituição.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001**. Versão revisada e ampliada do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documento das Atividades-meio da Administração Pública. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=65&sid=46>>.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução n. 20, de 16 de julho de 2004**. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=71&sid=46>>.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN. **UNE 71504**: Metodología de análisis y gestión de riesgos para los sistemas de información. Madrid, 2008.

BOTTINO, Mariza. Os arquivos universitários no Brasil. In: \_\_\_\_\_ **A informação**: questões e problemas. Niterói (RJ): EDUFF, 1995. p. 67.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1988. [Citado janeiro 02, 2010]. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>.

CANAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas (RS), v. 1, n. 1, p. 45-48, jan./jul. 2009.

CARVALHO, E. L. de; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 115, jul./dez. 2002. [Citado outubro 10, 2008]. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1703/1454>>.

CASTILLO RUIZ, J. ¿Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, Sevilla, n. 16, p. 22, set. 1996,

DIAS, Eliane A. **Proposta de um plano de preservação e segurança para o patrimônio documental do CIDARQ**. Goiânia (GO): Universidade Federal de Goiás, 2010. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2010.

FAUVEL, Thaís H. F; VALENTIM, Maria L. P. A interação universidade-empresa como insumo para o processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, Maria L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

GARCIA CANCLINI, Nestor. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, Enrique (coord.) **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, CONACULTA, 1997.

JIMERSON, Randall C. Comprender el poder de los archivos. **Revista Tabula**, Castilla y León, no. 10, p. 246, 2007.

LOUSADA, Mariana; VALENTIM, Maria L. P. Informação

orgânica como insumo do processo decisório empresarial. In: VALENTIM, Maria L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

MIZIARA, Fausto; CAVALCANTE, Fabiani. Resgate de um ideal: a proposta de criação da UFG. **Revista UFG**, Goiânia, v. 12, n. 9, p. 91-96, dez. 2010.

REIS, H. E. dos; CABRERA, Isabel I; SANTANA, Maria T. C. de; MACEDO, Maurides; MELO, Orlinda C.; SILVA, Rosângela B. **Universidade Federal de Goiás: Imagens e Memórias 1960-1964**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas 2010. p. 133-134.

SILVA, Livia D; VALENTIM, Maria L. P. Informação Orgânica como subsídio para o progresso da inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, Maria L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

SILVA, Maria J. da. **A História do Campus Catalão UFG:1983 a 2002**. Goiânia: UCG, 2009.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **Guia de preservação e segurança da Biblioteca Nacional Brasil**. 2009. 126.f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009 p.55. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2703>> Acesso em: 15 maio 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (Brasil). **Missão da UFSC**. [Citado março 01, 2012]. Disponível em: <<http://antiga.ufsc.br/paginas/missao.php>>.

ZÜNIGA, S. Administração da preservação: considerações sobre o processo de seleção e estabelecimento de prioridades nas decisões de preservação. In: Encontro De Preservação em Bibliotecas, 7. **Anais eletrônicos...**, 2008, Rio de Janeiro. [Citado outubro 27, 2009]. Disponível em: <[http://www.mast.br/nav\\_h06.htm](http://www.mast.br/nav_h06.htm)>.

## **SECURITY OF UNIVERSITY ARCHIVES AND THE INSTITUTIONAL MISSION**

***Abstract:** Provides further investigate the importance of security of university archives for the fulfillment of institutional mission. Reports the experience gained from a study that is based on a Dissertation qualification held by the author in April 2011 for his doctoral thesis (in progress) in the area of Information Science at the University of Salamanca, Spain. Discusses the issues about security environments at university archives. Empirical study at the Federal University of Goiás (UFG), based on scientific and technical literature on university archives and participation of the Working Group of IFES with the National Archives.*

***Keywords:** Security Archives. University archives. Federal public universities. Institutional Mission.*

*Originals recebidos em: 04/05/2012*

*Aceito para publicação em: 27/06/2012*

*Publicado em: 27/08/2012*